

# Substantiva: Utopia discente na formação em Gestão Pública e Gestão Social

SUBSTANTIVA: STUDENT UTOPIA IN EDUCATIONAL PROGRAM OF PUBLIC MANAGEMENT E SOCIAL MANAGEMENT

**Iago Itã, Marlos de Jesus e Pedro Guido<sup>1</sup>**

## RESUMO

Este paper apresenta e discute a construção de um novo modelo de organização discente para aprendizagem, prática e inserção profissional dos alunos no curso de graduação tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA). Este modelo organizacional, idealizado pelos próprios alunos do curso, está sendo pensado e construído a partir da assunção da racionalidade substantiva como premissa filosófica, contrapondo-se à racionalidade utilitária/instrumental que hegemoniza grande parte das práticas sociais contemporâneas. A Substantiva pretende se configurar como um lócus de aprendizagem e vinculação prático/teórica no âmbito da gestão pública e gestão social para os estudantes da graduação tecnológica da EAUFBA. Para tanto, a formação acadêmica oferecida, a maneira pela qual as relações interpessoais se constituem entre estudantes e professores e os valores diferenciados construídos ao longo do curso são preponderantes para se chegar ao grau de maturação ideológica necessária para a idealização de uma organização substantiva.

Palavras chaves: formação em gestão social, inovação, aprendizagem

## ABSTRACT

This paper presents and argues about the construction of a new model of a student organization to learning, practical and professional insertion of the pupils in the course of Technological Graduation in Public Management and Social Management of the Administration School of the Federal University of the Bahia (EAUFBA). This organizational model, idealized for the proper students of the course, is being thought and constructed from the installation of the substantive rationality as philosophical premise, opposing it to instrumental/utilitarian rationality that is used in great part of social contemporaries practices. The Substantiva intends to configure itself as one lócus of learning and practical/theoretician entailing in the scope of the public administration and social administration for the students of the technological graduation of the EAUFBA. For in such a way, the academic formation offered, the way for which the

1. Alunos do Curso de graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social

interpersonal relations if constitute between students and professors and the values differentiated constructed throughout the course is preponderant to arrive itself at the degree of necessary ideological maturation to idealize a substantive organization.

Keywords: social management education programs, innovation, learning

## INTRODUÇÃO

Este paper apresenta e discute a construção de um novo modelo de organização discente para aprendizagem prática e inserção profissional dos alunos no curso de graduação tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social (GPGS) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA). A proposta desta organização vem sendo idealizada pelos próprios alunos do curso a partir da assunção da racionalidade substantiva como premissa filosófica, contrapondo-se à racionalidade utilitária/instrumental que hegemoniza grande parte das práticas sociais, sobretudo as do campo da gestão. A organização discente, a Substantiva, pretende se configurar como um locus de aprendizagem e vinculação prático/teórica no âmbito da gestão pública e gestão social para os estudantes da graduação tecnológica da EAUFBA.

A formação acadêmica oferecida, a maneira pela qual as relações interpessoais se constituem entre estudantes e professores e os valores diferenciados construídos ao longo da graduação em GPGS são preponderantes para se chegar ao grau de maturação ideológica necessária para a idealização de uma “organização substantiva”. Assim, este trabalho faz o esforço de contextualizar a proposta inicial deste curso, de aduzir, de acordo com o ponto de vista dos autores, a forma pela qual se estabeleceram as relações interpessoais entre os diversos atores envolvidos no contexto e de apresentar os marcadores identitários que singularizam o perfil do estudante. Assim, este trabalho se subdivide em sete tópicos que discutirão a criação da graduação em questão, suas singularidades das práticas relacionais, o desenvolvimento metodológico acadêmico, uma primeira pesquisa discente, o modelo da Substantiva e os desafios a serem enfrentados.

## A CRIAÇÃO DO CST EM GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

Com o advento do REUNI na Universidade Federal da Bahia, a Escola de Administração, que ministra os cursos de Administração e Secretariado, propôs à Reitoria a implementação do Curso Superior de Graduação Tecnológica (CST) em Gestão Pública e Gestão Social, o primeiro do país nos moldes propostos. Este, com o objetivo de propiciar uma formação que capacite o

estudante à promoção de processos de gestão pública e gestão social formando agentes de transformação e desenvolvimento territorial com o conhecimento técnico e teórico necessário para o desenvolvimento de tal atividade. O curso teve a formatura da sua primeira turma no primeiro semestre de 2011 e diversas organizações estatais manifestaram a importância do surgimento de profissionais como os formados nesta ocasião.

A Escola de Administração da UFBA, em dado momento de sua história, dividia seus cursos em Administração Pública e Administração de Empresas (com lógica privada). Entretanto, a reforma gerencialista do Estado Brasileiro da década de 90 fez com que diminuísse não só o tamanho do Estado brasileiro, mas também o interesse geral em dele participar. Com isso o curso de Administração Pública perdeu importância em todo o país e na UFBA não foi diferente.

A Escola de Administração da UFBA então uniu os dois cursos em um, com ênfase nos valores para a administração de empresas unindo duas lógicas diferentes em um mesmo curso. O programa de expansão universitária proposto pelo governo federal através do REUNI, a partir de 2008, trouxe a possibilidade de proposição de novos cursos a serem ministrados dentro das universidades brasileiras.

Com a aparente retomada da importância do Estado (a partir de 2003) e o ganho de relevância das ações, inclusive intervencionistas, da sociedade civil organizada (desde a década de 90), surge a supracitada proposta de um curso de graduação tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social, ambas com um objetivo comum em seus valores: a promoção do desenvolvimento através de políticas públicas (não necessariamente estatais).

Dentre as diversas questões que surgem, as de maior relevância são: existem questões filosófico-sociológicas capazes de disciplinar (dividir) as respectivas formas de administrar? Em caso de existência, a formação de profissionais, dentro de suas especificidades, pode levar a resultados de intervenção diferentes?

É tentando responder a estas perguntas que os estudantes de Gestão Pública e Social propõem uma organização de extensão discente com “imperativo de intervenção”, a Substantiva, sob novas perspectivas filosófico-sociológicas, lastreados nos conceitos adquiridos no curso de Gestão Pública e Gestão Social (GPGS) da Escola de Administração da UFBA.

#### PERFIL, RELAÇÕES E IDENTIDADE EM GPGS

É impossível conceber a proposta de construção da Substantiva sem resgatar a contextualização histórica e a perspectiva relacional professor/estudante, estudante/estudante e estudante/proposta do curso.

Esta contextualização traz parte do relato das quebras paradigmáticas e da construção de aprendizado sujeito/sujeito subjacentes na proposta do curso e afirmada na construção in progress das práticas que terminam por dar sua característica singular e permanentemente questionadora.

Os proponentes deste paper são oriundos da segunda turma do curso de GPGS, com isso, é a partir das vivências desta turma que sairão parte das ilações e conclusões deste trabalho. Entre suas características, primamos por abordar neste primeiro momento dois aspectos importantes: sua forma de ingresso; e suas relações informais. Entendemos que estas características foram fundamentais na consolidação da proposta de organização discente em GPGS.

Os estudantes da segunda turma do Curso de Gestão Pública e Gestão Social são resultado do processo seletivo para o ingresso em 2010.1, através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), instrumento de seleção onde os pleiteantes de todo o país eram elegíveis a uma vaga no curso. Na época, a concorrência foi a segunda maior de toda a UFBA, ficando atrás apenas da do Curso de Medicina.

Este era o segundo processo seletivo para a graduação tecnológica em questão. Além do fato de ser ministrado em uma universidade pública federal, seu nome, Gestão Pública e Gestão Social, se mostrava como um forte atrativo (principalmente em relação à questão da Gestão Pública) para ingresso no curso.

Pelo acirrado processo seletivo o corpo discente aprovado se mostrava potencial. O início das aulas e a aproximação com as respectivas histórias de vida trouxeram a percepção de que boa parte do corpo discente vinha para sua segunda graduação (completa ou incompleta) de diversas áreas (de Letras a Enfermagem) e/ou características singulares em movimentos sociais ou faziam parte do serviço público. Há também de se ressaltar as diversas procedências geográficas dentro da cidade de Salvador e do próprio estado da Bahia.

Em relação à faixa etária o grupo reunia estudantes que iam de 17 (dezessete) a mais de 50 (cinquenta) anos, além de ter um componente étnico-racial e religioso diverso. Esta característica multifacetada poderia potencialmente dar resultados interessantes desde que se conseguisse estabelecer laços de confiança e solidariedade.

A sala de aula se configura como um espaço insuficiente no estabelecimento de laços “comunitários” de solidariedade e confiança por duas questões específicas: a necessidade de apreensão dos conhecimentos passados em aula e sua exiguidade de tempo para o estabelecimento de outros objetivos; além de ser um território profícuo para a configuração de pré-julgamentos e estabelecimento de hierarquias (geralmente de cunho acadêmico ou materiais).

Associado a isso, o fato de ser um curso noturno composto em sua maioria por estudantes-trabalhadores dificultava ainda mais o estabelecimento de aproximações pessoais que pudessem estabelecer esta “vinculação” e construir uma identidade comum de grupo para além do partilhamento espacial de uma sala de aula, entretanto o contexto contribuiu.

No grupo existiam dois estudantes que polarizavam a discussão num primeiro momento (os dois chatos), um militante de esquerda e outro militante racial/religioso. Por seus passados acadêmicos e de militância política, “elevaram” as discussões a patamares que o restante do grupo não conseguia acompanhar plenamente.

O grupo se reuniu e enquadrou um dos estudantes (chatos) para que ele se manifestasse menos. Este princípio de identidade de grupo foi assumido como uma rotina e com o passar do tempo, as pessoas passaram a interagir mais em ambientes fora do ambiente acadêmico praticando o princípio da alteridade e fortalecendo os laços interpessoais. Com isso, as características mais pessoais, aquelas que não eram expressas em sala, foram mais bem conhecidas e compreendidas.

Os estudantes considerados chatos foram incorporados a esta nova lógica e com isso definiram-se papéis, não fixos, mas praticamente tácitos aos discentes de acordo com suas respectivas competências. Essa preocupação com o “outro” criou uma identidade de grupo, identidade esta que se mostrou fundamental no estabelecimento da solidariedade e cooperação em detrimento da competição.

Assim se estabeleceu a perspectiva relacional estudante/estudante na turma 2010 do curso de GPGS na construção de sua identidade (que em nosso entender é processual e dinâmica (CANCLINI, 2001)).

Assim como se estabeleceu um laço cooperativo entre os alunos, com os professores do curso foram construídas relações bem estreitas. As discussões nas aulas, a comunicação e as relações extraclasse nunca se mostraram de modo assimétrico. O corpo docente normalmente tinha uma relação diferenciada com os alunos de GPGS, até pelo próprio perfil, favorecendo um relacionamento bastante aberto entre professor/estudante.

A identidade adquirida constituiu uma força paralela para o maior desafio que seria encontrado no curso de GPGS: sua interdisciplinaridade como quebra de paradigma.

## UM APANHADO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA ACADÊMICA EM GPGS

A perspectiva hegemônica de construção científica prega uma super especialização disciplinar além de uma passagem de conhecimento linear e praticamente de mão única (professor-aluno) como também um reforço do

“indivíduo” em detrimento de uma perspectiva de grupo. Assim, este corpo discente já havia sido “adestrado” durante sua constituição formativa anterior pelas regras filosóficas hegemônicas.

O curso de GPGS surge como um desafio paradigmático desde seu primeiro semestre, com a proposta de construção de um trabalho interdisciplinar. Este trabalho era norteado por uma pergunta: “Quem governa o território?”. Esta questão deveria ser respondida associando-se o conteúdo de todas as disciplinas do semestre no esforço de uma re-imbricação dos conteúdos na construção do diagnóstico (resposta). O desempenho seria responsável pela avaliação em todas as disciplinas.

A avaliação consistia em dois momentos: uma avaliação individual sob este formato e posteriormente outro trabalho, desta vez em grupo, ambos de caráter interdisciplinar. Cabe ressaltar ainda, que além do formato inovador de avaliação, todo o conteúdo das disciplinas desafiava nosso “senso comum”, colocando-o permanentemente sob julgamento.

Associado a isso, os teóricos adotados costumavam ser contemporâneos ou de vanguarda, tendo uma visão crítica sobre teorias consolidadas, oferecendo-nos um outro olhar, um outro arcabouço lógico. Além do mais, nitidamente foi atribuído aos estudantes uma responsabilidade que não era comum: a de construção coletiva e permanente de conhecimento, assumindo assim uma postura de coletivo aprendido estabelecendo uma relação quase plena sujeito-sujeito.

A assunção de uma nova postura cognitiva foi extremamente difícil. Era visível a inquietação por parte de alguns estudantes, que, de acordo com as suas expectativas ao se inscreverem para o curso, esperavam um super enfoque nos conteúdos referentes à Administração Pública em uma visão do funcionamento do Estado. Mas o próprio conceito de “público” era tematizado nos conteúdos estudados. Com isso, alguns estudantes prematuramente desistiram do curso por entenderem que ele não satisfaria suas necessidades.

Aos que ficaram restou responsabilidade e a crescente expectativa em relação a este “mundo novo”. O potencial latente da turma foi aos poucos trabalhado e externalizado pelo contexto, ou seja, pelos professores, pelo conteúdo e pelo compromisso do (e com o) grupo (que agora já se estabelecia como tal).

O primeiro trabalho interdisciplinar em grupo foi uma grata surpresa e ferramentas como a Mandala Conceitual foram trabalhadas e construídas num esforço coletivo, minimizando individualidades e reforçando conceitos de grupo, cooperação e solidariedade. O semestre termina trazendo satisfação, mas suscitando ainda mais dúvidas.

O segundo semestre rememora as dúvidas e a intrínseca busca por respostas pessoais e coletivas. Um curso novo, de tecnologia, com curta duração, na área de ferramental aplicativo, onde quando mais aumentava o

escopo acadêmico do grupo, mais se configurava a necessidade de maior conhecimento para a lida com tantas novidades de cunho acadêmico e prático.

O novo semestre traz novas quebras paradigmáticas em conceitos-chaves como o de Políticas Públicas, além de novas perspectivas de análise como a “Mirada al Revés”, tudo muito novo e exequível. Até que nos foi proposto um desafio que deveria ser respondido em duas semanas. A partir deste momento surgem os primeiros passos da Substantiva como proposta discente.

Um dos professores do curso propôs, sem maiores expectativas, como atividade final de sua disciplina, que trabalhássemos com “Tecnologias Sociais”. Em especial trouxe uma proposta pra ser trabalhada como uma espécie de “Centro de Tecnologias Sociais”. A proposta era interessante e duas equipes se propuseram a trabalhar no respectivo projeto: o CTS.

Estudantes de outros grupos, que já haviam apresentado seus trabalhos sobre outros temas, resolveram cooperar e se dividiram nestas duas equipes. Este ato mostra tanto a motivação, como o desapego ao “racional linear” da nota como prerrogativa. Ao final, as duas equipes que, inicialmente, eram compostas por três alunos ficaram com sete cada uma.

Há de se ressaltar que os dois grupos formados eram capitaneados, cada um, por um dos dois estudantes chatos do início do curso. Ao final saíram duas propostas interessantes e exequíveis para a existência de um Centro de Tecnologias Sociais, o que deixou o professor da disciplina de Ciência, Tecnologia e Sociedade bastante surpreendido e empolgado com as propostas.

O semestre findou, iniciaram-se os festejos de final de ano e, apesar da existência de uma disciplina ministrada como curso de férias, a mobilização arrefeceu e quando precisou ser retomada não obteve a força necessária para o retrabalho na proposta do CTS. O novo semestre (o terceiro) começou com um bom projeto sem colaboradores mobilizados.

É importante observar que os projetos eram diferentes, entretanto havia algo em comum aos dois: a necessidade de um “braço” estudantil trocando conhecimento permanentemente com o CTS, formado por alunos de GPGS (mas com possibilidade interdisciplinar) e que também servisse como campo de prática.

O terceiro semestre se desenrola consolidando conceitualmente a proposta de releitura paradigmática do curso. Os conceitos de Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2007) Administração Política (SANTOS, 2004), Racionalidade Substantiva, convivem com conceitos ferramentais da Administração tradicional, marcos regulatórios e perspectiva marxista. O semestre passa, fortalecendo nossas (até aqui pretensas) diferenças e com o final do semestre a necessidade de proposição do trabalho interdisciplinar.

A pergunta norteadora do terceiro semestre foi: “Como se governa o território?”.

Estávamos chegando ao final do semestre com a nítida impressão de que estava sendo construído um outro "ser administrador", mas as perguntas continuavam a nos inquietar: Existe realmente uma singularidade? Qual o objeto de estudo em GPGS? Qual seu campo de estudo? Qual a metodologia de análise e intervenção?

Então uma das equipes de estudantes do trabalho interdisciplinar do terceiro semestre propôs investigar o corpo discente total da Escola de Administração da UFBA que é composto pelos cursos de Administração, Secretariado e GPGS. A proposta do trabalho era perceber se existia uma identidade comum aos estudantes que dividiam o espaço físico da Escola de Administração da UFBA, se não, qual identidade emergia (HALL, 2001).

#### UMA PRIMEIRA PESQUISA DISCENTE

O título do trabalho era: "Territorialidades discentes da EAUFBA: como se governa este território?". O trabalho assumia como hipótese a existência de diferenças de valores suficientes pra justificar territorialidades (BRISKIEVCS - SAQUET, 2009) diferentes entre os discentes, além de entender que o principal marcador de identidade poderia ser o currículo do curso.

Foram aplicados 101 questionários divididos entre os discentes dos respectivos cursos. Apesar de haver a ressalva de que o questionário foi aplicado e elaborado com pouco cuidado estatístico, o mesmo vale para ilustração.

Dentre as perguntas do questionário, três chamam mais a atenção: A que argui como o estudante percebe o senso de coletividade por parte de seus colegas; a que remete a um dilema moral e por último a que pergunta como o indivíduo acredita que a maior parte de seus colegas de curso responderia a este mesmo dilema moral.

Em relação ao senso de coletividade percebido surgem as primeiras diferenças significativas. Enquanto 10,2% dos estudantes de GPGS viram seus colegas com pouco senso de coletividade, os estudantes de Administração perceberam seus colegas com 54,1% dentro desta categoria. Nota-se que na própria percepção entre os componentes do curso, a coletividade de GPGS é percebida em 89,8% como satisfatório ou bastante coletivo, enquanto Administração segue com 40,5% nesta mesma categoria, como segue na tabela abaixo.

<b>Curso</b>	<b>Coletividade</b>	<b>Individuais</b>	<b>Pouco senso de coletividade</b>	<b>Satisfeito com o senso de coletividade</b>	<b>Bastante insatisfeito com o senso de coletividade</b>	<b>TOTAL</b>
Administração		5,4%	54,1%	35,1%	5,4%	100%
GPGS		0,0%	10,2%	59,2%	30,6%	100%
Secretariado Executivo		6,7%	33,3%	60,0%	0,0%	100%
<b>TOTAL</b>		<b>3,0%</b>	<b>29,7%</b>	<b>50,5%</b>	<b>16,8%</b>	<b>100%</b>

Tabela 1: Sobre o senso de coletividade

Fonte: Elaboração própria, 2011

O dilema moral trouxe revelações ainda mais interessantes e reforçaram os marcadores diferenciais. A questão proposta hipotetizava uma situação onde dois estudantes da mesma turma perdiam em uma dada disciplina por dois décimos de inteiro. A pergunta ilustrava que para um dos estudantes, por conta de sua proximidade com o professor que ministrava a disciplina, seria dada a pontuação restante. O professor apresentou a situação ao aluno sobre a cessão dos pontos. Em decorrência desta situação perguntava-se qual seria sua decisão, no lugar deste aluno. Eram ofertadas três possibilidades: 1) Não aceitar os pontos por não ser correto; 2) Aceitar os pontos desde que o outro colega também fosse beneficiado e; 3) Aceitar os pontos e não contar que se beneficiou ao outro colega que se encontrava na mesma situação. Os resultados seguem na tabela abaixo.

<b>Curso</b>	<b>Dilema</b>	<b>Não resposta</b>	<b>Eu não aceitaria os pontos, afinal eles não estariam sendo atribuídos de</b>	<b>Aceitaria a pontuação somente se o meu colega também a recebesse</b>	<b>Aceitaria os pontos e não falaria nada ao meu colega.</b>	<b>TOTAL</b>
Administração		2,7%	5,4%	43,2%	48,6%	100%
GPGS		0,0%	46,9%	36,7%	16,3%	100%
Secretariado Executivo		0,0%	20,0%	66,7%	13,3%	100%
<b>TOTAL</b>		<b>1,0%</b>	<b>27,7%</b>	<b>43,6%</b>	<b>27,7%</b>	<b>100%</b>

Tabela 2: Sobre o dilema moral

Fonte: Elaboração própria, 2011

A resposta de “conforto” nesse caso era a do “utilitarismo solidário” (aceitar a pontuação se o colega também recebesse). Quando observamos a tabela percebemos que 48,6% dos estudantes de Administração aceitaria os pontos e não contaria ao colega; em contrapartida 16,3% dos estudantes de GPGS se comportariam desta maneira. É importante perceber também o número de estudantes que não aceitariam os pontos por considerar “incorreto”, enquanto 5,4% dos estudantes de Administração não aceitaria e 46,9% dos estudantes de GPGS não aceitaria. Este dilema moral remete mais

a questões de posicionamento individual, entretanto mostra tendências em relação à solidariedade com o outro, que concomitantemente é o próximo, já que divide o mesmo curso e realidade acadêmica.

A terceira questão remete-se a como o estudante imaginava que a maioria de seus colegas de curso responderia à questão anterior. Como mostra a tabela abaixo, os resultados foram o mais próximos, ainda assim bastante distantes.

<b>Curso</b>	<b>Confiança</b>	<b>Não res posta</b>	<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>TOTAL</b>
Administração		0,0%	0,0%	0,0%	100%	100%
GPGS		2,0%	18,4%	38,8%	40,8%	100%
Secretariado Executivo		0,0%	0,0%	26,7%	73,3%	100%
<b>TOTAL</b>		<b>1,0%</b>	<b>8,9%</b>	<b>22,8%</b>	<b>67,3%</b>	<b>100%</b>

Tabela 3: Sobre a confiança

Fonte: Elaboração própria, 2011

- A) Eu não aceitaria os pontos, afinal eles não estariam sendo atribuídos de maneira correta.
- B) Aceitaria a pontuação somente se o meu colega também a recebesse
- C) Aceitaria os pontos e não falaria nada ao meu colega.

Esta questão remete à questão da confiança entre os membros do grupo. Surpreendeu o fato de que 100% dos estudantes de Administração acreditaram que os colegas responderiam “Aceitaria os pontos e não contaria ao meu colega”. Isto mostra laços extremamente frágeis de confiança para com o próximo. Em relação a este quesito, em GPGS, 40,8% deram resposta semelhante.

Não se pretendeu fazer algum tipo de juízo de valor que tenha como pretensão apontar melhores e piores. Entretanto, algo que é bastante conclusivo ao observar os dados da mini-pesquisa é que o estudante de GPGS tem uma característica bastante diferenciada em relação ao estudante dos outros cursos. A partir do resultado desta mini-pesquisa, os discentes de GPGS, em suas reuniões informais, começaram a se arguir sobre qual é seu real espaço neste universo da Administração como ciência (ou não). Que as identidades estavam “marcadas”, estava explícito, entretanto a área de prática da Administração consolidada no ambiente era justamente a da qual os estudantes de GPGS se afastavam e se afirmavam em sua explícita diferença.

As perguntas sobre quem somos nós e sobre o que faremos no ambiente se consolidaram e se tornaram determinantes. Ao final do semestre, da sistematização das conversas informais, da articulação dos conceitos (muitas vezes vanguardistas) e da sistematização das práticas do grupo, um

estudante propôs uma organização de extensão discente em GPGS como pré-projeto para seu trabalho de conclusão de curso (TCC).

Esta primeira proposta era resultado de toda a vivência no curso de GPGS, entretanto, uma premissa direta não estava sendo respeitada: a de construção coletiva. A proposta se mostrava exequível e já no quarto semestre de choques paradigmáticos, mais alguns alunos se uniram na preparação de um projeto para a implementação da Substantiva como extensão discente em GPGS.

A proposta surge como uma ferramenta de tangenciamento em diferentes territorialidades (sociedade/universidade, discentes/docentes, pesquisa/extensão) e se assume como contribuição discente no aprendizado mútuo e na cooperação com o ensino, pesquisa e a extensão universitária.

#### O MODELO DA SUBSTANTIVA

A construção discente entende que o profissional em GPGS é um Tecnólogo em Políticas Públicas (estatais ou não) que tem como objetivo a busca de soluções para a resolução (ou tratamento) de problemas (como construto) de pública relevância.

A partir desta perspectiva e das percepções citadas anteriormente, era necessária a construção de uma organização que pudesse refletir o “ser administrador” em GPGS através de seu corpo discente, refletindo valores apreendidos no curso e consensuados no grupo.

Os estudantes entenderam que não poderiam propor uma ferramenta sem antes definir quais valores norteariam o uso desta ferramenta (organização), logo, existiu a proposição de construção de uma mandala conceitual norteadora da proposição das outras ações.

O grupo entendeu que deveria haver três conceitos-força norteados a ação da Substantiva: 1) a assunção de uma Racionalidade Substantiva (que termina dando nome à organização) em detrimento de uma Racionalidade Utilitária; 2) O território como campo de estudo e a promoção de seu desenvolvimento como premissa (utilizando Tecnologias Sociais com ênfase na Economia Solidária) e; 3) A Administração Política com seu “imperativo de intervenção”.

Além disso, conceitos-chaves (participação, “Mirada al Revés”( BOULLOSA, 2010), Instrumentos de Políticas Públicas, Política Pública, etc...) levaram a pensar a Substantiva dentro de uma nova lógica, uma nova racionalidade. Esta nova racionalidade ainda era quase intangível, entretanto motivava a propor modelações novas, em nosso caso, uma nova organização.

Ferramentas tradicionais e novas ferramentas sob nova motivação sociológica, um “ser administrador” substantivo, um “homem parentético” (RAMOS, 1981) surgiam como desafios a serem consolidados. Uma nova prática com motivação não-hegemônica buscando a formação de um cidadão pleno e

radical (conhecedor de suas motivações), ou seja, um agente de transformação.

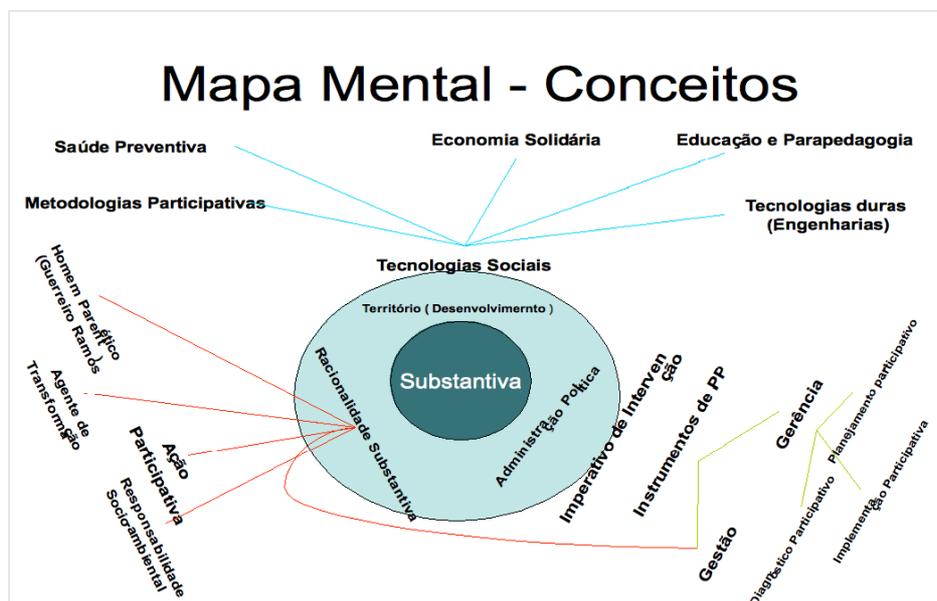


Figura 4: O modelo da Substantiva

Fonte: Elaboração própria, 2011

As perguntas sobre como operacionalizar a partir destes conceitos surgiam a cada momento: Qual modelo de governança, interno e externo? O que é um cidadão pleno? Como construir esta mútua e cooperativa plenitude? Quais as necessidades necessárias para a construção deste administrador? Perguntas estas que estão, neste exato momento, em busca de respostas (nunca definitivas e homogêneas, afinal, cada território tem suas singularidades).

Os estudantes entenderam que a mescla de uma perspectiva matricial associada a uma departamentalização (que preferimos chamar de “terreiros” por seu caráter dinâmico e de não subordinação a uma diretoria executiva ou central, além de seguir o clamor de Milton Santos para a construção de metodologias lastreadas em outras propostas filosófico-civilizacionais dando um efeito substantivo à palavra) foram o formato acordado.

A matriz passaria as diversas instâncias de construção de aprendizado (os “Terreiros”, os territórios, o CIAGS, o ITES, o CTS) hibridizando e fagocitando diferentes lógicas na proposição de novas lógicas (inovação?). O modelo abaixo segue uma perspectiva didática de tentativa de sistematização da ação.

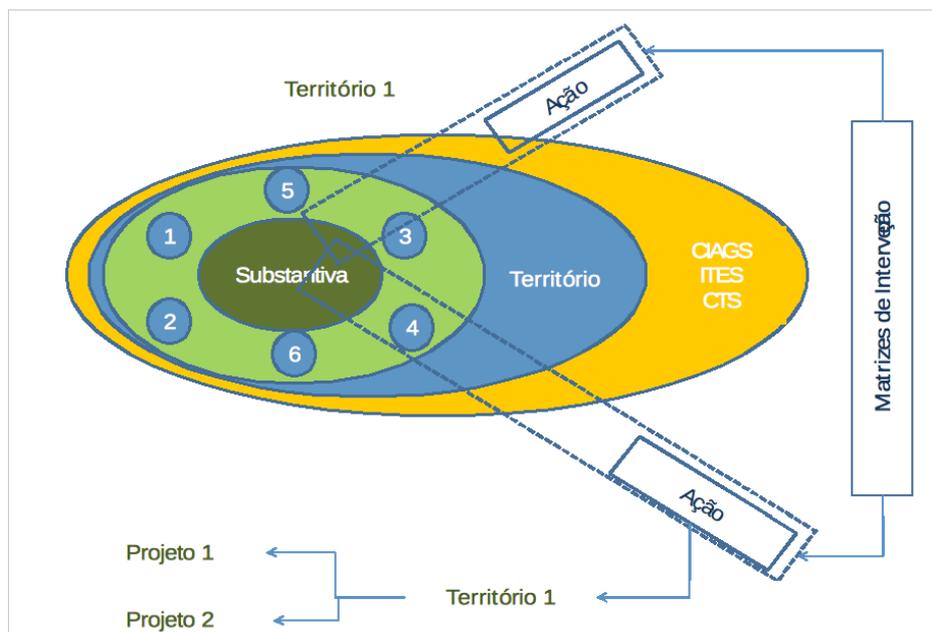


Figura 5: O modelo por uma outra perspectiva

Fonte: Elaboração própria, 2011

Percebam que a matriz perpassa (e vai além) dos “espaços de saber” propostos (Substantiva, territórios, organizações docentes universitárias) e o caráter pontilhado de suas linhas de fronteira remetem à permanente possibilidade de absorção de novos saberes e conhecimentos (desde que em consonância com os valores da Substantiva), adotando um princípio de inovação aberta.

Estas matrizes teriam a participação determinante dos terreiros de super especialização (espécie de departamentos da substantiva) e seriam em número de seis: Mobilização de Recursos (Captação de Recursos, Elaboração de Projetos, etc.), Administrativo Financeiro/Contábil (que prestariam este serviço não somente para a Substantiva, mas também para as organizações parceiras no território), Jurídico (da mesma forma), Comunicação (que seria responsável pela política comunicacional e relações públicas da Substantiva e das organizações parceiras, pelo reforço da imagem institucional do curso em GPGS e pela promoção de Agenda SETTINGS como aprendizado), Aprendizado e Informação (que mapearia as demandas discentes e proporia oficinas ou Trilhas de Conhecimento pra supri-las, além de sistematizar informações dos trabalhos realizados pela Substantiva) e, por último, Abordagem e Manutenção (que ficaria responsável pela promoção e manutenção de laços sociais (MAUSS, 1974) e/ou capital social(BORDIEU, 1985 - 2001)).

## OS DESAFIOS DO MODELO E NOVAS PERSPECTIVAS DE AÇÃO: uma conclusão propositiva

O modelo por ser novo causa estranheza, sendo este um excelente desafio. Respostas? Só no empirismo. A Substantiva nasce propositiva, logo, necessita de consolidação teórica e prática, buscando a indissociação destes termos e geração de novas tecnologias.

Além disso, a consolidação não deve se dar somente de forma endógena à universidade e ao território, se tem a necessidade de reaplicação das tecnologias (e não replicação) a partir de um repositório de práticas que demonstrem exequibilidade.

Com isso a construção conjunta de políticas públicas com o Estado e a Sociedade Civil e o fortalecimento deste laço se configura como perspectivas de ação.

Endogenamente definir na prática este novo “ser administrador” se mostra estratégico à consolidação do curso e para a sociedade. Pesquisas com esta (pretensa) nova abordagem podem interferir nos resultados e na relação sujeito-objeto (que tal propor uma relação sujeito/sujeito, ou uma relação onde não se perceba disciplinarmente os papéis?).

É dentro desta perspectiva que surge a Substantiva com muitas perguntas e respostas a serem construídas sob um novo olhar, uma nova abordagem, dando ênfase na construção concomitante com os pretensos objetos da ação. Dir-se-ia, pois, que a Substantiva é resultado de uma construção intersubjetiva processual, de posicionamentos conceituais, fruto do currículo da graduação tecnológica em GPGS e com viés de intervenção baseados em ação participativa e racionalidade Substantiva.

## REFERÊNCIAS

BOULLOSA, Rosana. Conceito apresentado na disciplina Políticas Públicas e Políticas Sociais – Módulo 1 (68 horas) semestre 2010.2 EAUFBA (Escola de Administração da UFBA).

BOURDIEU, Pierre. (1985), “The forms of capital”, in J. G. Richardson (org.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

BRISKIEVCZ, Michele; SAQUET, Marcos Aurélio(2009), Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, nº 31, volume 1

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FRANÇA FILHO, Genauto. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação, In: Civitas, Porto Alegre – PUCRS, V7, n.1, jan-jun-2007, p 155-174

HALL, Stewart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAUSS, Marcel. 1974 [1923-24]. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.

RAMOS, Alberto Guerreiro. (1981), A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza nas nações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

SANTOS, Milton. Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979

SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). A administração política como campo do conhecimento. São Paulo, Salvador: Edições Mandacaru, 2004. p. 26-27.